



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012

ATA Nº 06/2012

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal do concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Susana Goulart Costa, da Primeira Secretária da Mesa Olga Maria Rodrigues Borges Soares e da Segunda Secretária Anabela da Silva Calisto. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Leonel da Rosa da Silveira; Natália de Medeiros; Cláudia Maria Medeiros Galego; Jorge Alberto Barbosa Almeida; André Carvalho Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Rodolfo Martins Marques da Silva; Rosa Maria Cabral Borges; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Pedro Miguel da Silva Monteiro; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges e Albertina Maria Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros; Gilberto Gouveia Branquinho; Paulo Jorge Cimbron Varão e Durval Carlos Simas Faria.

Em representação do Executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara Municipal João António Ferreira Ponte, que se fez acompanhar pelos Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz, Rui Manuel Maciel Costa D'Oliveira Ramos; Marco Paulo da Silva Teixeira, José Fernando Medeiros Costa e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

A Presidente da Assembleia propôs que, tendo sido enviada cópia da ata aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, fosse dispensada a leitura da mesma, o que foi aceite por unanimidade. Assim, de imediato foi votada a ata da terceira sessão ordinária, respeitante ao dia 27 de setembro de 2012, que foi aprovada por unanimidade.

Depois, a Presidente da Assembleia apresentou a correspondência recebida no período de 28 de setembro a 18 de dezembro de 2012, a qual se encontra à disposição para consulta dos membros da Assembleia Municipal.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Deputado Municipal Roberto Oliveira abriu este período, começando por referir que gostaria de abordar um assunto que lhe chamou a atenção e que está relacionado com a educação.

Iniciou a sua intervenção, mencionando que fazem parte desta Assembleia Municipal dois membros que são Presidentes de Conselhos Executivos, nomeadamente os Deputados Municipais Eduíno Rego e Maria do Rosário Afonso, deixando claro que com a sua exposição, não pretende que os mesmos se sintam atingidos, porque não é esse o seu propósito.

Em sua opinião, a educação é um tema muito importante para todos os cidadãos, pois é um tema abrangente no presente e no futuro e com a sua intervenção pretende apenas fazer uma constatação e não uma crítica. Deste modo passou a explicar que constatou no último ranking das escolas referentes ao ano de 2012 os seguintes resultados:

- 6.º ano de escolaridade da Escola Básica Integrada da Lagoa, ficou posicionada no 27.º lugar a nível regional e em 1132.º a nível nacional;
- 9.º ano de escolaridade da Escola Secundária da Lagoa, alcançou o 26.º lugar a nível regional e o 1308.º lugar a nível nacional;
- 11.º e 12.º anos da Escola Secundária da Lagoa, ficou posicionada no 16.º lugar a nível regional e em 376.º a nível nacional.

Referiu ainda que somos informados por alguns conselhos executivos e até mesmo pelos órgãos de comunicação social de que as escolas da Lagoa são um exemplo de bons resultados alcançados, contudo os resultados constatados não traduzem isso. O parque escolar do concelho tem ótimas condições e a Câmara Municipal tem dado o seu melhor na preservação do seu parque escolar. Apenas pretende com esta intervenção que todos os presentes nesta Assembleia Municipal reflitam e vejam que, sendo a educação um tema muito importante, por vezes a informação fornecida não é a mais correta. Em sua opinião, os conselhos executivos, os pais ou associações de pais e os professores têm alguma responsabilidade na matéria, até “qui cá” os Deputados Municipais.

Em conclusão referiu que a sua intervenção vem no sentido deste ser um tema que o sensibiliza e que todos os presentes também se deverão sentir sensibilizados por esse assunto.

De seguida usou da palavra o Deputado Municipal Eduíno Rego, que é Presidente do conselho Executivo da Escola Básica Integrada da Lagoa, que começou por referir que as informações prestadas pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira são certamente com fé nas informações veiculadas através dos Presidentes do Conselho Executivo nas reuniões do Conselho Local de Educação.

Assim, gostaria de esclarecer que, uma situação são as informações que são referidas nas reuniões do Conselho Local de Educação, relativamente à avaliação interna das escolas, outra situação é a informação do “ranking” das escolas onde, certamente, o Deputado Municipal Roberto Oliveira recolheu esses dados, que são feitos com base nos resultados dos exames nacionais do 6.º e 9.º anos de escolaridade, a nível das disciplinas de português e de matemática. Relativamente a estas disciplinas, esclareceu que o ano passado, ao nível nacional, foram atribuídos seis tempos efetivos, enquanto que nos Açores apenas foram atribuídos quatro tempos, embora não seja esta a causa efeito destes mesmos resultados.

Além disso, frisou que, o Deputado Municipal Roberto Oliveira levantou uma questão fundamental, de que os alunos não se fazem com as instalações e também não se fazem só com os professores ou com os projetos educativos, mas, essencialmente, e tem defendido muito essa medida, “a cultivar a cultura do trabalho”. Em toda a sociedade portuguesa cultivou-se o chamado “deixa andar” e este é o facto que se tem refletido nas escolas.

Em sua opinião os alunos são os espelhos da família, sendo necessário incutir essa responsabilidade na família, pois se os pais não acompanharem convenientemente a escolaridade dos filhos, com toda a certeza que as escolas não poderão fazer tudo. É preciso compreender que no 1.º ciclo um professor acompanha um aluno durante vinte e cinco horas semanais, enquanto no 2.º e 3.º ciclos, quando muito, um professor acompanha os alunos entre seis a sete horas por semana. As disciplinas são diversificadas e cada uma é desenvolvida e ministrada por um determinado professor. É necessário que haja, acima de tudo, um grande acompanhamento dos encarregados de educação, que passa não só por mandar os filhos para a escola, mas também pelo acompanhamento da atividade escolar.

A Escola Básica Integrada da Lagoa, há muito tempo atrás, já atribuiu mais tempos à leção das disciplinas da matemática e do português, mas só essa medida não tem surtido os resultados desejáveis, é necessário implementar uma mudança no que se refere à forma como as famílias acompanham a atividade escolar dos seus filhos.

Esclareceu que quando é feito o “ranking” escolar é necessário também averiguar o meio social onde as escolas estão inseridas. No concelho da Lagoa existe um grande número de famílias que estão abrangidas pelo Rendimento Mínimo de Inserção Social e existe uma série de fatores que são necessários ter em linha de conta para que se possa analisar, de forma correta, os resultados dos “rankings” das escolas.

Para terminar a sua intervenção, gostaria ainda de informar o Deputado Municipal Roberto Oliveira, bem como os restantes Deputados Municipais ou qualquer cidadão ou encarregado de educação, que a Escola Básica Integrada da Lagoa situa-se na Rua Eng.º Jaime Sousa Lima, pelo que, está sempre disponível para disponibilizar todas as informações relativas à política educativa da escola e de todos os projetos que tem implementado, no sentido de aumentar o sucesso educativo do referido estabelecimento de ensino.

No seu entender, não há necessidade de abordar um assunto desta natureza numa sessão da Assembleia Municipal, embora compreenda que seja lícito fazê-lo, quando a escola está aberta para esclarecer qualquer cidadão. Gostaria ainda de referir que quanto a esta matéria está mais preocupado do que qualquer outro cidadão, à exceção, obviamente, dos próprios encarregados de educação.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou por referir que percebeu a intenção do Deputado Municipal Roberto Oliveira ao trazer esse assunto à Assembleia Municipal, pois também julga que é uma temática muito interessante para ser discutida. Ao longo destes últimos oito anos como autarca, tem questionado essa matéria em algumas das suas intervenções públicas, nomeadamente aquando das comemorações do aniversário da Escola Secundária da Lagoa.

De facto, o concelho da Lagoa possui estabelecimentos de ensino com condições excelentes, seguramente possuímos o melhor parque escolar da Região Autónoma dos Açores. Também possuímos quadros de professores estáveis e conselhos executivos e professores empenhados, mas entende que será sempre possível fazer mais e melhor, no entanto isso não se traduz nos resultados que todos gostaríamos de atingir.

Quanto à questão do “ranking” entende que não será a mais importante, mas sim o nível do abandono escolar, do sucesso escolar e o número de alunos que consegue entrar nas universidades, esses é que são, no seu entender, os indicadores mais plausíveis e importantes.

Já se interrogou várias vezes sobre a razão dessa situação e julga que a principal causa no nosso concelho, prende-se com a envolvente social. Na Escola Secundária da Lagoa, 70% dos alunos são apoiados pela Ação Social Escolar, dos quais 50% estão inseridos nos dois primeiros escalões, pelo que, estamos a falar de famílias com um rendimento “per capita” muito baixo. Contudo, não quer dizer que nessas famílias não existam bons alunos, pois não é isso que está em causa, mas entende que a envolvente familiar poderá ter um impacto importante nesta matéria, pois muitas vezes os alunos não têm no seu percurso escolar o devido e necessário acompanhamento que deveriam ter, por parte dos pais. Muitos dos Pais só tem contacto com os professores no dia da entrega das avaliações, pois ao longo do ano letivo não tentam informar-se acerca do desenvolvimento escolar dos seus educandos. Para além dessa situação, as condições de habitabilidade também poderão ser um entrave para um estudo conveniente e adequado.

Referiu ainda que existe uma situação importante que o “ranking” das escolas não traduz, que é a evolução da qualidade da educação em cada concelho. A evolução do concelho da Lagoa é positiva, pois as percentagens de sucesso escolar são maiores e o número de alunos integrados anualmente no ensino superior também aumentou. Na Escola Secundária da

Lagoa, 30% dos alunos entraram, este ano, no ensino superior, na primeira opção e isso é um indicador importante, pois essa situação não se verifica há muito tempo. Para além dessa componente, a Escola Secundária da Lagoa tem conseguido, em alguns casos, a excelência, nomeadamente o facto de fazer parte do grupo de escolas mentoras do programa da Microsoft. Deste mesmo programa só fazem parte 18 escolas a nível mundial e o facto do referido estabelecimento de ensino fazer parte deste programa é, certamente, motivo de orgulho que nos deve animar relativamente ao futuro.

O “ranking” escolar relaciona-se com a avaliação que é feita em determinados exames e em determinadas disciplinas e, por vezes, esses mesmos exames não decorrem da melhor forma para os alunos.

Para terminar a sua intervenção, gostaria de deixar registado mais uma vez, que o concelho da Lagoa tem vindo a evoluir positivamente e entende que por vezes a falta de resultados poderá estar na própria família, que não acompanha adequadamente os filhos no processo de ensino-aprendizagem.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira interveio esclarecendo que trouxe esse assunto à sessão da Assembleia Municipal porque entendeu ser importante, para além de que, os assuntos que dizem respeito à Lagoa se não forem discutidos nas sessões da Assembleia Municipal, onde poderão ser discutidos?

Tem ouvido dizer que as escolas da Lagoa e os seus professores são os melhores e o mal está é nos Pais e nos alunos. Esse comentário não pode aceitar e se for assim, propõe que se faça alguma coisa, que se denunciem essas situações. A educação não pode ser esquecida fazendo-se de conta que está tudo bem.

O Deputado Municipal Eduíno Rego informou que gostaria de fazer uma pequena correção à sua anterior intervenção, nomeadamente quando afirmou que o tempo letivo das disciplinas de português e de matemática eram de 4 tempos, quando na realidade eram de 5 tempos, sendo atualmente de 6 tempos.

Relativamente à responsabilidade dos pais referiu que também é pai e não quis dizer que os resultados das escolas são por negligência dos pais, mas em parte entende que se deve a um não devido acompanhamento escolar por parte destes. Hoje em dia, os alunos possuem um leque enorme de opções e propostas que são fornecidas pela Internet, pelo Facebook e pela televisão. A título de exemplo, informou que, em conversa numa reunião com um grupo de alunos da Escola Básica Integrada da Lagoa pôde constatar que cerca de 50% dos mesmos possuem televisão no próprio quarto, pelo que, questiona o que poderá esse aluno fazer quando os seus pais estão a dormir. Se esse aluno se distrai desta forma, como poderá no dia seguinte ir para a escola e permanecer com a necessária atenção às aulas até às 15h15.

Comentou que, com esse exemplo, não está a exigir que os pais controlem essa situação, trata-se simplesmente de um alerta que gostaria de deixar em aberto.

Esclareceu ainda que nunca afirmou que o insucesso escolar era somente da responsabilidade dos pais, é também necessário incutir o trabalho, a produtividade e a responsabilidade, bem como, o querer nos alunos. Também é necessário ter consciência que podemos conseguir o que quisermos, se tivermos força de vontade. É igualmente necessário incutir nos alunos, independentemente do seu estrato social, a ideia de que o único meio para se alcançar um determinado patamar é através da escola.

Relativamente aos resultados, até determinada altura as escolas tinham provas que eram denominadas por Pase e que não constituíam um entrave para a passagem do ano letivo. No próximo ano os exames vão ter um peso de 25% na transição do 4.º para o 5.º ano e de 30% no 6.º ano. O nível de exigência no decorrer da lecionação, nos anos de cada ciclo, tem que ser maior, para que os alunos tenham consciência que terão exames, de modo a que se possam preparar convenientemente para obterem melhores resultados.

O Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, atendendo à excecionalidade do assunto, gostou de ouvir as várias intervenções sobre essa matéria. No entanto, existe uma situação que o constrange, pois de um momento para o outro, houve uma desresponsabilização da nossa sociedade, os pais dizem que a responsabilidade é dos professores e os professores dizem que a responsabilidade é dos pais. No seu entender, a responsabilidade não é dos pais, contrariando um pouco a teoria do Deputado Municipal Eduíno Rego. É da responsabilidade dos pais levar os filhos até à escola, mas já não é da responsabilidade dos mesmos a obrigação de fazer os trabalhos de casa com os filhos por toda uma vida. Existem ainda muitos pais que não possuem instrução escolar que os permita acompanhar a educação dos próprios filhos, pelo que, entende que existem alturas em que os pais deixam os filhos “voar sozinhos” e como os estes não podem “voar sozinhos” tem que haver um maior acompanhamento por parte dos professores, pelo que a responsabilidade será mesmo dos professores.

Como o Deputado Eduíno Rego referiu, cerca de 50% dos alunos da Escola Básica Integrada da Lagoa possui televisão ou computador no próprio quarto mas, para essa situação é necessário encontrar responsáveis.

Quem foi que há cinco ou seis anos atrás incutiu que o ensino tinha que entrar na era do conhecimento/informática? Hoje em dia, um aluno que não elabore um trabalho com o apoio de um computador é estigmatizado. No seu entender, quem direcionou o ensino neste sentido é que terá de ser responsabilizado, pois não foram os pais a exigir que os trabalhos fossem elaborados com o apoio de um computador. Os pais tiveram sim a necessidade de adquirir

esses equipamentos, de modo a que os filhos não fossem estigmatizados no meio onde estão inseridos.

A seu ver, quando se fala no “ranking” escolar e em estatísticas, entende que estas devem servir para tratar os problemas quando os mesmos são constatados.

O Deputado Municipal Eduíno Rego informou que o Vereador Carlos Augusto Furtado falou em várias questões e gostaria de esclarecer uma delas, pois nunca disse que a responsabilidade era dos pais, mas sim que era necessário inculcar na família princípios de responsabilidade.

Quanto ao uso do computador, este é uma ferramenta de trabalho e pelo menos na Escola Básica Integrada da Lagoa nunca foram exigidos aos alunos a apresentação de trabalhos em computador. O computador não é uma caixa mágica que resolve todos os problemas, nem se aprende a estudar com o mesmo, trata-se sim de uma ferramenta que fornece dados de variadíssima espécie, tendo em vista o enriquecimento dos conhecimentos.

Sobre o apoio escolar, julga que todas as escolas do concelho têm prestado aulas de apoio educativo nas disciplinas mais essenciais.

Não está a “apontar espingardas a ninguém”, temos os resultados que temos e os mesmos são da responsabilidade de toda a sociedade. Em suma a responsabilidade é de todos nós, não se pode inculcar responsabilidades só aos estabelecimentos de ensino.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal informou sobre a Atividade Camarária, de acordo com os documentos que foram disponibilizados a todos os deputados municipais.

PONTO N.º 2 – 5.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2012:

Pela Câmara Municipal foi presente a 5.ª Revisão ao Orçamento da Despesa do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, conforme proposta que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder a uma Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação, de forma a corrigir os valores do orçamento inicial, atendendo que não

foi possível por parte do Governo Regional dos Açores, a concretização dos contratos ARAAL estabelecidos com esta Câmara Municipal, para a seguinte obra, aquisição de 6 (seis) habitações, em situação de risco na Rua de S. José e na Rua da Igreja, Freguesia de Ribeira Chã, no valor de 555.600,00 € (quinhentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos euros);

Esta Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, tem também como objetivo, proceder a uma reanálise dos documentos atualmente em vigor e à reprogramação financeira de projetos em curso adequando-a à sua programação física, neste sentido, propõe-se uma diminuição do investimento nas seguintes ações: construção das caves do Parque Tecnológica do Concelho de Lagoa, no valor de 96.782,00€ (tendo sido previsto em orçamento uma verba superior à efetivamente executada); na ação Saneamento Básico de Água de Pau, no valor de 389.748,00€; e na ação Instalação do Museu do Presépio, no valor de 141.934,00€.

A diminuição da receita ocorre na rubrica de "Transferências de Capital" resultantes das comparticipações dos Fundos Comunitários e da Região Autónoma dos Açores.

Diminui-se também as despesas correntes no valor de 194.404,00€, em contrapartida da participação variável no IRS, na receita corrente.

A Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, apresenta uma diminuição às importâncias do Orçamento inicial, quer na receita como na despesa, no montante de 1.378.468,00 € (um milhão trezentos e setenta e oito mil quatrocentos sessenta e oito euros).

O Orçamento atualmente em vigor, no valor de 16.102.100,00 € (dezasseis milhões cento e dois mil e cem euros) passa após esta revisão a ter um valor de 14.723.632,00 (catorze milhões setecentos e vinte e três mil seiscentos e trinta e dois euros).

Assim, e nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, propõe-se a aprovação da Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o ano de 2012".

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a presente Revisão Orçamental foi elaborada conforme está explicado na cópia autêntica da reunião camarária que foi disponibilizada, de forma a corrigir os valores do orçamento inicial, atendendo que não foi possível, por parte do Governo Regional dos Açores, a concretização de alguns contratos ARAAL estabelecidos com esta Câmara Municipal. Assim e à semelhança de anos anteriores, foi elaborada a referida Revisão Orçamental que prevê reduções, quer na receita, quer na despesa.

Foi pela Senhora Presidente da Assembleia posta à votação a 5.ª Revisão ao Orçamento da Despesa do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado por maioria, com a abstenção do Deputado Municipal Roberto Oliveira, dos vinte e três membros presentes:

- 1.º** Aprovar a 5.ª Revisão ao Orçamento da Despesa do corrente ano, no montante de € 1.378.468,00 (um milhão trezentos e setenta e oito mil quatrocentos e sessenta e oito euros);
- 2.º** Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362 de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;
- 3.º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

A Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que prestasse um esclarecimento global em relação aos pontos referentes aos números 3 a 9 da ordem de trabalhos, atendendo que os mesmos estão relacionados entre si, sendo que, depois terá lugar a votação individualizada de cada ponto.

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu relativamente ao orçamento e grandes opções do plano para o próximo ano financeiro e, sem prejuízo de responder às questões que certamente serão colocadas, que esse foi, seguramente, em oito anos de mandato, o orçamento mais difícil de elaborar, dada à atual envolvente financeira, que se traduz numa crise muito acentuada, bem como, numa perda de receita igualmente bastante acentuada.

O município tentou elaborar um orçamento, chamado de “base zero”, no que concerne à despesa, relativamente à receita esse objetivo não foi conseguido. Por outro lado é também um orçamento que teve em consideração a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, que tem condicionado a atividade autárquica, quer em termos do plano de investimentos, quer ao nível da despesa.

Para além dessa situação, é também o primeiro orçamento onde a autarquia vai assumir os encargos com diversas obras estruturantes para o concelho, nomeadamente o Tecnoparque, a Pousada da Juventude de Lagoa e a requalificação da zona da Baixa d’Areia. Trata-se de um orçamento muito rigoroso e muito mais restrito do que o do ano anterior, mas foi a única forma encontrada para que o nosso Município continue a fazer parte do conjunto de autarquias que ainda não recorreram ao reequilíbrio financeiro, ao saneamento financeiro, nem ao PAEL, sendo que, esse recurso implicaria um acréscimo de taxas e impostos, pelo que, irá tentar evitar, a todo o custo, essa situação.

Para terminar, informou ainda que este orçamento vai ao encontro das necessidades consideradas prioritárias para o concelho, sendo um plano e orçamento difícil, realista, rigoroso, mas que cumpre com as regras do POCAL.

Relativamente ao documento que foi apresentado pela Câmara Municipal, a obra constante do PPI com o n.º 8/2011 denomina-se "Sala Polivalente de Apoio à Biblioteca Municipal", pelo que, solicita que seja alterada e aprovada por esta Assembleia Municipal com a designação de "Espaço de Promoção de Eventos Culturais". Uma alteração que se deveu a uma candidatura ao programa PRORURAL, sendo que, é de todo o interesse para o município aprovar esta nova designação.

Em relação ao mapa de pessoal para o próximo ano, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que este é semelhante ao do ano transato. Não prevê o aumento do quadro de pessoal, pois as autarquias são obrigadas a reduzir o pessoal em 2% ao ano. De acordo com essa exigência esclareceu que o Município nos anos anteriores tem conseguido atingir esse objetivo.

Continuando no uso da palavra, e no que respeita aos protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia do concelho informou que, os mesmos são idênticos aos do ano transato, exceto os protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e de Água de Pau.

Quanto ao protocolo a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, esclareceu que o seu Presidente informou-lhe após aprovação do mesmo em reunião camarária, da necessidade de se proceder a uma alteração na cláusula segunda que passará a ter a seguinte redação:

"1 - A Câmara Municipal de Lagoa delega na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário as seguintes competências:

1.1 - Gestão, manutenção e limpeza dos seguintes espaços e infraestruturas:

- Zonas ajardinadas, respetivos sanitários e Praça de Nossa Sra. do Rosário;
- Centro de Convívio da Atalhada;
- Zona Urbana da Freguesia.

Como contrapartida a Câmara Municipal de Lagoa irá transferir o montante de 38.880,00 €

1.2 - Realização de eventos culturais – 6.000,00 €

1.3 - Construção de muros e passeios da Freguesia – 28.996,00€, referente a verba de capital."

De seguida, o Deputado Municipal Roberto Oliveira questionou se o Senhor Presidente da Câmara Municipal já tinha uma previsão, do valor da dívida aos fornecedores, relativamente ao final do ano, tendo o Senhor Presidente informado que este será na ordem dos 900.000,00€.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira, relativamente ao orçamento e grandes opções do plano para o próximo ano financeiro, gostaria, em primeiro lugar de felicitar o Senhor Presidente da Câmara Municipal pelo aumento da comparticipação do cartão do idoso.

Foi com bastante agrado que constatou o arranque das obras do Cine Teatro Ferreira da Silva, na freguesia de Água de Pau, decorridos vinte anos desde a data da sua aquisição. Fica assim demonstrado que nunca houve critério de igualdade em termos da promoção da cultura no concelho, pois o Cine Teatro Lagoense que foi adquirido após o Cine Teatro Ferreira da Silva, já foi remodelado há muitos anos. Contudo, lamenta o não arranque das obras da requalificação da orla marítima da cidade da Lagoa e lamenta muito mais o aumento do custo da água. Comentou que por vezes o Senhor Presidente da Câmara Municipal o tem impressionado de forma favorável, mas com esta decisão isso não se verifica, uma vez que, numa altura em que a conjuntura económica social é, terrível, no seu entender, é de todo descabido o aumento do custo da água.

Acrescentou ainda, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem referido à imprensa, que o orçamento para o próximo ano está condicionado pela austeridade nacional e julga que terá razão, mas não será só por este motivo. Este orçamento para além de estar condicionado pela atual conjuntura nacional e internacional é ainda mais condicionado pelo custo da dívida, que neste momento, existe no Município da Lagoa. Em sua opinião, o grande condicionador deste orçamento é o custo do serviço da dívida que existe. O endividamento da responsabilidade da Câmara Municipal é o maior de todos os tempos, pelo que, ser autarca neste mandato e com o devido respeito pela opinião de todos, é embaraçoso.

Contudo sabe que existe obra feita e que o Senhor Presidente da Câmara Municipal teve toda a legitimidade para fazê-lo e inclusive esteve do seu lado em alguns dos investimentos, mas fazendo uma análise ao custo da dívida para o próximo ano, irão ser pagos à volta de 6.000,00€/dia, incluindo sábados e domingos. Nos próximos dez anos serão pagos todos os dias, mais ou menos, 5.000,00€/dia e nos últimos quinze anos serão pagos à volta de 2.000,00€ a 3.000,00€/dia. Deste modo, o seu neto, que tem atualmente cinco meses, quando for maior e caso pretenda candidatar-se à Câmara Municipal de Lagoa ainda terá dívida para pagar. Com todo o respeito que tem pelo trabalho desenvolvido pelo senhor Eng.º João Ponte e pela sua política, sente-se na obrigação de criticar todas as políticas feitas até esta data, na qualidade de cidadão da Lagoa e membro da oposição.

Também gostaria de referir que, sendo um orçamento direcionado para as famílias, empresas e instituições, o aumento da água em nada ajudará as famílias lagoenses. Em sua opinião, teria que ficar retratada no orçamento uma verba muito maior do que aquela que está inscrita para o pagamento de trabalhadores ao abrigo dos programas PROSA e outros semelhantes, de forma a garantir às famílias empregos temporais, porque é isso que os munícipes esperam dos seus responsáveis políticos.

Para as empresas, o pagamento da água mais cara também não ajuda em nada. No seu entender, uma medida que ajudaria os empresários lagoenses, caso o orçamento não fosse tão condicionado, seria abolir o pagamento da derrama.

Numa análise que também fez às instituições, os grandes prejudicados por toda essa situação foram sem qualquer sombra de dúvida o Clube Operário Desportivo e o Santiago Futebol Clube que têm sentido “na pele” grandes cortes nas suas receitas. Com essa afirmação não pretende dizer que os apoios atribuídos anteriormente estavam incorretos e que deveriam continuar, mas os clubes foram encorajados a atingir determinados níveis e no futuro, na qualidade de autarcas, poderão ser responsabilizados pelo futuro de alguns clubes. Assim, por todas estas razões e apesar de entender ser o orçamento possível, julga que este poderia ser menos condicionado, pelo que, irá votar contra o mesmo.

De seguida usou da palavra o Deputado Municipal Paulo Jorge Borges que gostaria de saber se as duas retificações que foram propostas pelo Senhor Presidente em relação ao protocolo financeiro com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e à alteração do nome da obra do PPI n.º 8/2011, foram previamente presentes à reunião camarária.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que essas alterações não foram presentes à reunião camarária.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal comentar que alguns dos comentários proferidos pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira, lhe fizeram lembrar, em certas situações, o líder partidário do CDS-PP, nomeadamente o facto de ser muito “populista”. Assim sendo, referiu o negócio da aquisição dos submarinos por parte do Dr. Paulo Portas, que também os seus netos os irão pagar e, com certeza, não irão usufruir dos mesmos. Aqui nos Açores, pagamos o “buraco” do Metro e não andamos nele e pagamos o “buraco” da TAP e andamos na SATA. Estas situações têm a haver um pouco com as responsabilidades internas nacionais, ou seja, se usufruirmos de um determinado bem, faz sentido contribuirmos para o mesmo.

Quanto ao endividamento da autarquia, referiu que é necessário ter alguma coerência, pois o Deputado Municipal Roberto Oliveira criticou as obras que não foram executadas, o certo é que gostaria de as ter executado, mas também é certo que se as tivesse executado, neste momento teria ainda mais endividamento. Reconhece que o orçamento está condicionado pelo serviço da dívida, mas a austeridade tem uma quota parte de responsabilidade. A Câmara Municipal de Lagoa perdeu em três anos quatro milhões de euros só em taxas e impostos, não falando nas reduções do Orçamento do Estado, nem na perda da receita do IRS, cujo valor seria suficiente para pagar o serviço da dívida e os encargos com a construção do Tecnoparque. Quando se iniciou o processo da construção do Tecnoparque, que foi muito anterior à atual crise, foram feitas previsões financeiras e, caso não houvesse

toda essa envolvente financeira, o município estaria em condições de resolver a situação de forma tranquila. Entretanto a situação alterou-se, e neste momento, o pior que nos poderia suceder era não conseguir cumprir com os compromissos junto da banca, o que colocaria em causa toda a nossa credibilidade. A título de exemplo referiu que no início do corrente ano, o Município conseguiu contrair um empréstimo a curto prazo, porque estava em causa a Câmara Municipal da Lagoa, caso contrário não haveria a apresentação de quaisquer propostas pela Banca. Obviamente que a banca conhece as dificuldades do Município, mas também conhece as suas capacidades em assumir os seus compromissos. A banca, o Governo da República e o Tribunal de Contas têm consciência que muitas das dificuldades que as Autarquias estão a atravessar resultam de um conjunto de receitas que desapareceram do orçamento. Do lado da despesa foi feito um esforço tremendo para a sua redução.

As decisões tomadas anteriormente foram decididas num quadro completamente diferente, onde as receitas cresciam de forma sustentável, mas decorridos estes anos essa situação não se verifica.

É necessário fazer uma análise com algum rigor. Obviamente que gostaria de não cobrar derrama, nem o fornecimento da água, mas as Autarquias prestam à comunidade um conjunto de serviços que se não forem cobrados, conjuntamente com a receita que não vem do Orçamento do Estado, futuramente deixariam comprometidas as funções básicas de prestação de serviços por parte das Autarquias Locais.

Se for feita uma análise aos anteriores orçamentos, os Senhores Deputados Municipais perceberão que, ao longo dos anos, foi feito um esforço enorme para reduzir a despesa corrente, o qual tem sido conseguido.

Informou ainda que o orçamento é apresentado segundo a lógica do POCAL, pelo que, não dá para verificar quais as verbas que estão definidas para os programas PROSA, CTT's ou FIOS, mas, obviamente, que está previsto algum valor nas respetivas rubricas para fazer face a esses programas. Para o próximo mês de janeiro, foram solicitados 30 trabalhadores ao abrigo do PROSA, mas só foram autorizados 10 e, ao abrigo do programa FIOS, foram aprovados 20 trabalhadores. Da nossa parte existe total disponibilidade para apoiar esses programas, porque o seu custo é insignificativo em termos operacionais, para além de toda a componente social.

Em relação à proposta do aumento do tarifário da venda da água para o próximo ano e que já foi presente à reunião camarária, trata-se de uma proposta conjunta que prevê o aumento da tarifa fixa da água e dos resíduos sólidos. Referiu que é também muito sensível a essas questões, não só pela parte social, mas também pela parte política, pois situações mal explicadas fazem mais estragos do que o custo orçamental. Assim, explicou que a proposta que foi aprovada na reunião camarária, reflete duas preocupações: foi mantido o valor do m3

da água vendida, aumentando-se a tarifa fixa em 0,50€ por mês para todos os consumidores e baixou-se o valor para a agricultura, restauração e comércio.

Quanto aos resíduos sólidos, aumentou-se 0,50€ mês e alterou-se os tarifários referentes aos cafés, snack-bares, restaurantes e mini-mercados, onde prevalecia um tarifário muito injusto, uma vez que, um estabelecimento de grande dimensão pagava o mesmo que um de pequena dimensão. Deste modo, foi criado um sistema mais justo, onde, quem produz menos, paga menos e quem produz mais, paga mais.

Com essa proposta, existe um acréscimo, em média, para cada família de 1€/mês, mas essa situação era inevitável, pois não se pode deixar de não aumentar, apesar da situação difícil de muitas famílias deste concelho. No caso concreto da água, até é possível poupar e já existem muitas famílias onde essa poupança já se regista.

No entanto, e face a algumas sugestões que tem ouvido, inclusivé de alguns dos seus colaboradores diretos e pese embora já esteja aprovado em reunião camarária, informou que durante a quadra natalícia vai refletir sobre essa matéria e em janeiro do próximo ano irá decidir se mantém ou não o tarifário atual.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges informou que quanto ao orçamento apraz-lhe registar que “ninguém é profeta na sua terra”, e isso para articular com o que o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata tem vindo a dizer nas sessões da Assembleia Municipal desde há longa data.

Assim, e pese embora o facto de neste orçamento estarem contempladas pelo executivo camarário algumas das propostas feitas pelo Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata e de ser um orçamento que se aproxima mais da verdade, ao contrário de orçamentos anteriores, que eram claramente empolados, este não é o orçamento do Partido Social Democrata, pelo que, informou que se irão abster na generalidade.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira interveio clarificando que não concordou quando o líder do seu Partido efetuou o negócio da aquisição dos submarinos, como também não concorda com chamados “buracos” da TAP e do BPN.

Questionou se o Senhor Presidente da Câmara reconhecia que a construção do Tecnoparque foi desenquadrada, pois foi a construção dessa infraestrutura que provocou toda esta situação, uma vez que, até essa altura, a Câmara Municipal de Lagoa encontrava-se num bom caminho.

Quando os moradores da freguesia da Ribeira Chã lhe questionaram porque a Autarquia não tinha dinheiro, teve que informar que foi por causa da construção do Tecnoparque, pois o Município vai pagar cerca de 2.400.000,00€ à banca devido à referida obra.

A seu ver, o investimento da Empresa Municipal da Lagoa na construção da Pousada da Juventude tem sempre solução, pois poderá ser colocada à venda, enquanto que o Tecnoparque ninguém o querará comprar.

Informou que gostaria de votar a favor desse orçamento, porque tenta ser um autarca que vê o concelho para além do seu partido e já tem sido acusado, inclusive pelo próprio partido, de ser amigo do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Entende ser o orçamento possível, mas poderia ser muito melhor se não fosse tão condicionado.

O Deputado Municipal Vasco Garcia referiu que estarão recordados que, desde o início desta legislatura, tem sido sempre muito crítico sobre o empolamento dos orçamentos e, como disse o Deputado Municipal Paulo Jorge Borges, constata-se que no orçamento para o próximo ano foi feito um grande esforço para o aproximar daquilo que é a realidade da autarquia, facto que se deve, certamente, à envolvente nacional.

De seguida, questionou o Senhor Presidente da Câmara, em termos absolutos, sobre qual era a taxa de endividamento anual da Câmara Municipal e por quantos anos essa taxa vai perdurar.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que a votação do Deputado Municipal Paulo Jorge Borges em relação ao orçamento para 2013 é uma votação responsável e que obviamente lhe agrada, pois vem reconhecer o esforço que foi feito ao longo destes últimos quatro anos, para que o maior partido da oposição do concelho se abstivesse na votação de um orçamento. É sem dúvida um sinal de responsabilidade e não poderia deixar de se congratular com a situação. Sempre foi apologista que estando na oposição, nunca votaria contra um orçamento.

Em relação ao Tecnoparque reafirmou que, certamente, se fosse para decidir nesta data, não haveria recursos financeiros para o construir. No entanto, entende que é demasiado cedo para estar a dizer-se que foi um mau investimento. Se não existisse o Tecnoparque o Governo Regional não teria investido cerca de nove milhões de euros na construção do seu primeiro edifício. Gerou-se essa oportunidade e está convicto de que irão gerar-se mais oportunidades. Obviamente que isso não vai pagar a dívida, mas os ganhos que a Lagoa poderá vir a ter no futuro são, no fundo, o ganho desse negócio, os quais são difíceis de mensurar, mas que certamente são uma grande expectativa.

Aproveitou a oportunidade para informar que foi apresentado um memorando ao Governo Regional no sentido de ajudar o Município na gestão do Tecnoparque à semelhança do que sucedeu em outros Municípios dos Açores. A Câmara Municipal já cedeu ao Governo Regional três lotes de terreno, num dos quais está a ser construído o primeiro edifício, o que representa um custo elevado sem qualquer contrapartida. Havia compromissos anteriores

para a cedência dos referidos lotes de terreno e os mesmos foram cedidos na certeza que seriam importantes para o desenvolvimento daquele projeto. A realidade é que o projeto está a avançar e pode ser uma oportunidade para os Açores, pois existem três áreas que poderão ser lá desenvolvidas: o turismo, as tecnologias e o setor privado.

O Deputado Municipal Pedro Monteiro acrescentou que é importante não esquecer o ambiente, pois sem este não haveria nem o setor primário nem o turismo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que no concelho existem atividades produtivas e obviamente que o ambiente nos envolve.

Relativamente aos parques tecnológicos informou que, em média, os mesmos demoram quinze anos a concretizar-se. Na altura da construção do Tecnoparque a conjuntura financeira do País era completamente diferente e foi uma oportunidade que surgiu e que se não fosse agarrada provavelmente arrepender-se-ia mais tarde. Obviamente que acarreta custos e vamos ter de os pagar, ou com a ajuda do Governo Regional, ou com os nossos impostos.

O Deputado Municipal Vasco Garcia questionou qual o valor em percentagem do serviço da dívida para o ano de 2013.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o serviço da dívida da Câmara Municipal para o próximo ano é cerca de 1.600.000,00€, tendo o Deputado Municipal Vasco Garcia referido que, do ponto de vista de gestão, era um valor aceitável, pois é um serviço de dívida que anda à volta dos 10% do valor do orçamento. O valor referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal é de cerca de 12%, pelo que está dentro do limite considerado aceitável.

De seguida a Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou à votação dos assuntos referentes aos pontos números três a nove da ordem de trabalhos:

PONTO N.º 3 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2013:

De acordo com o estipulado no Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano desta Câmara Municipal para o ano financeiro de 2013.

Na proposta do orçamento da Câmara, foi prevista uma receita total de 13.200.000,00 € (treze milhões e duzentos mil euros), sendo 8.247.019,00 € (oito milhões duzentos e

quarenta e sete mil e dezanove euros) de receitas correntes e 4.952.981,00 € (quatro milhões novecentos e cinquenta e dois mil novecentos e oitenta e um euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 6.371.456,00 € (seis milhões trezentos e setenta e um mil quatrocentos e cinquenta e seis euros) de despesas correntes e 6.828.544,00 € (seis milhões oitocentos e vinte e oito mil quinhentos e quarenta e quatro euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 4.453.768,00 € (quatro milhões quatrocentos e cinquenta e três mil setecentos e sessenta e oito euros) e no Plano de Atividades Municipal foi de 1.637.058,00 € (um milhão seiscentos e trinta e sete mil e cinquenta e oito euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 6.090.826,00 € (seis milhões noventa mil oitocentos e vinte e seis euros).

Verificado o equilíbrio orçamental aos documentos acima mencionados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação o Orçamento para 2013 bem como as Grandes Opções do Plano.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção dos Deputados Municipais Paulo Jorge Borges; Leonel Silveira, Pedro Monteiro, Francisco Vieira e Cláudia Galego e o voto contra do Deputado Municipal Roberto Oliveira, dos vinte e três membros presentes:

- 1.º** Aprovar a alteração proposta pelo Senhor Presidente da Câmara, passando a obra n.º 8/2011 a ter a seguinte denominação "Espaço de Promoção de Eventos Culturais";
- 2.º** Aprovar o Orçamento para 2013 no montante de 13.200.000,00 € (treze milhões e duzentos mil euros);
- 3.º** Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2013;
- 4.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2013:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2013, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de Remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, elaborada com base na Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos Deputados Municipais Paulo Jorge Borges; Pedro Monteiro, Francisco Vieira e Cláudia Galego, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar a proposta apresentada do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, nos termos da alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro;

2.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 5 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal naquela Freguesia, de acordo com a alínea c) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, com a abstenção do Deputado Municipal Paulo Jorge Borges, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar a alteração proposta pelo Senhor Presidente da Câmara;

2.º Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;

3.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges ditou para a ata a seguinte declaração de voto: “A sua abstenção deve-se única e exclusivamente ao pedido de alteração apresentado a este órgão, referente ao teor do protocolo, sem previamente ter sido submetido à reunião camarária.”

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, só após a aprovação dos protocolos pela Câmara Municipal, é que propôs a referida alteração, que no seu entender não altera o objetivo essencial do protocolo, sendo que, a Assembleia Municipal tem competência para decidir essa alteração.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges referiu que pretendeu deixar uma declaração de voto para não ser mal entendido.

PONTO N.º 6 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ:

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Santa Cruz, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal naquela Freguesia, de acordo com a alínea c) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e três membros presentes:

- 1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Santa Cruz, de acordo com a alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;
- 2.º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 7 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Água de Pau, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal naquela Freguesia, de acordo com a alínea c) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e três membros presentes:

- 1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Água de Pau, de acordo com a alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;
- 2.º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 8 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DO CABOUÇO:

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia do Cabouço, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal naquela Freguesia, de acordo com a alínea c) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e três membros presentes:

- 1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia do Cabouço, de acordo com a alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;

2.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 9 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia do Ribeira Chã, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal naquela Freguesia, de acordo com a alínea c) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e três membros presentes:

1.º Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia da Ribeira Chã, de acordo com a alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;

2.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 10 – PROPOSTA – EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO:

Pela Câmara Municipal, foi presente o pedido de autorização para a Câmara Municipal contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), de acordo com a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que é hábito no início do ano contrairmos um empréstimo a curto prazo, que se destina a ocorrer a dificuldades de tesouraria e na gestão dos fundos comunitários, dado que, primeiro a Autarquia envia os comprovativos da despesa para depois ser reembolsada.

Aproveitou a oportunidade para dar conhecimento que na presente data, o Município liquidou o empréstimo a curto prazo, contraído no início do corrente ano, pelo que, estamos em condições de contrair novo empréstimo.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira gostaria de deixar uma declaração de voto, à semelhança da que fez aquando da contração do anterior empréstimo, nomeadamente que não era contra a contração do mesmo, só que o Senhor Presidente deveria ter dado algum sinal de retração da dívida, não solicitando 400.000,00€ mas um valor mais reduzido, nem que fosse 390.000,00€, o que demonstraria que a Autarquia está a caminhar para a redução

da dívida. Assim, informou que no ano passado votou contra e pela mesma razão, também irá votar contra a contração do presente empréstimo.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal se o empréstimo que está a ser solicitado para o ano de 2013 será liquidado até ao final daquele ano, tendo o Senhor Presidente da Câmara informado que este será pago até ao final de 2013.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria com a abstenção do Deputado Municipal Paulo Jorge Borges e o voto contra do Deputado Municipal Roberto Oliveira, dos vinte e três membros presentes:

1.º Autorizar a Câmara Municipal a contrair o empréstimo de curto prazo, no valor de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros), de acordo com a alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;

2.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 11 – PROPOSTA – DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS CHEFES DE DIVISÃO:

Pela Câmara Municipal, foi presente proposta de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, consagra o direito ao abono de despesas de representação no montante fixado para o pessoal da administração central, ao pessoal dirigente da administração local.

Porém, a recente adaptação dessa Lei à administração local, através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, concretamente no seu artigo 24.º, faz depender a atribuição desse abono de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, tendo em vista o respeito pelo princípio da igualdade e não discriminação dos dirigentes da administração local perante os seus congéneres da administração central e regional, proponho que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal a atribuição das respetivas despesas de representação aos dirigentes deste município, com efeitos de retroatividade à data de entrada da referida Lei, bem como a sua atribuição para o ano de 2013.

Estas despesas de representação, concretamente no valor de 194, 79 €, valor sobre o qual se aplica ainda a redução remuneratória prevista no artigo 19º da Lei nº55-A/2010 e mantida pela Lei nº64-A/2011, é fixada por despacho do Primeiro- Ministro e de membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e está publicada na Portaria 1153-C/2008 de 31 de dezembro.

Mais se informa que, aquando da abertura do concurso para provimento destes cargos estava previsto o pagamento das respetivas despesas de representação, situação que sempre se aplicou aos dirigentes de 2º grau. ”

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que, face à alteração da legislação em vigor, a atribuição desse abono terá que ser objeto de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, realçando que essa remuneração sempre fez parte do vencimento dos Chefes de Divisão.

A referida proposta surgiu face a uma sugestão da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O Deputado Municipal Vasco Garcia questionou se esse abono era pago em separado do vencimento e que percentagem representa sobre o mesmo.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o abono é no valor de 194,79€ e que em percentagem não chega aos 10% do vencimento auferido.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira questionou se esse valor era mensal ou anual, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal informado que era mensal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria com as abstenções dos Deputados Municipais Susana Goulart, André Almeida, Paulo Jorge Borges, Pedro Monteiro e Francisco Vieira, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar a proposta apresentada de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, de acordo com o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

2.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 12 – PROPOSTA – COMPARTICIPAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DO CARTÃO DO IDOSO:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de comparticipação na aquisição de medicamentos no âmbito do cartão do idoso, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando o disposto no n.º2 do artigo 9.º do Regulamento para atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, em concreto a previsão da possibilidade de, anualmente, a Câmara Municipal de Lagoa poder conceder outros benefícios aos titulares do cartão de idoso;

Considerando que 2013 será um ano de grandes constrangimentos socioeconómicos para muitas famílias, e que se evidenciará junto da população mais carenciada e sobretudo a mais idosa;

Proponho que, ao nível do apoio para a aquisição de medicamentos, e a título excecional, se aumente em 50% a comparticipação da autarquia, fixando-o em 15,00 € mensais no decurso de 2013.”

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que, a presente proposta surgiu face às eventuais dificuldades que os idosos vão sentir no próximo ano, em virtude da atual conjuntura económica do País e também para dar resposta à proposta apresentada no ano passado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges referiu que leu na imprensa que o aumento do valor da comparticipação do cartão do próximo ano era de 50%, de modo que seria conveniente corrigir essa informação, para não provocar expectativas elevadas junto dos idosos, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal informado que certamente se tratou de um erro.

O Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge Borges informou ainda que apraz-lhe que num ano em que o orçamento camarário é mais “apertado”, a consciência social do Senhor Presidente da Câmara que, normalmente costuma reivindicar para si, e que, infelizmente, no ano passado em que o orçamento era mais folgado, essa proposta não foi acatada, constatou que este ano, finalmente, o Senhor Presidente acedeu às preocupações do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Assim, gostaria de congratular-se por essa tomada de posição por parte da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar de alteração do Regulamento para Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 13 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA - AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, propondo a alteração do artigo 18.º e cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

Atravessámos um período de grande recessão generalizada mas com especial e reconhecido impacto no setor da restauração e similares, que apresentam perdas de receitas significativas;

Em face deste período de grandes dificuldades económicas, urge tomar medidas que estimulem a economia e que potencializem, pelo menos, a sustentabilidade das empresas ligadas a este setor de atividade e os respetivos postos de trabalho.

Para proporcionar um bom serviço e potencializar a oferta dos seus produtos, as empresas de restauração têm por hábito requerer a ocupação de espaço de domínio público junto aos seus estabelecimentos para proporcionar serviço de esplanada.

Cada vez mais, este tipo de serviço é essencial para a sobrevivência dos estabelecimentos de restauração pois, coincidindo com a época do verão - onde têm, por natureza, mais clientela, permite maximizar a sua oferta.

Não obstante, de acordo com a atual redação do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças, esta ocupação do espaço do domínio público está sujeita ao prévio pagamento de uma taxa.

Esta taxa acarreta um custo significativo para os respetivos requerentes o qual, de acordo com a tabela em vigor apresenta os seguintes valores (€7,75/m2/mês na época alta e €4,13/m2/mês na época baixa).

Em função dos valores previstos e da atual conjuntura económica-financeira que atravessámos, muitos comerciantes não têm condições para requerer a ocupação do espaço público. Consequentemente, acabam por não instalar as esplanadas e não proporcionar o respetivo serviço.

É um facto que, neste momento, está em curso a alteração ao regime que simplifica o exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa “Licenciamento Zero”, destinada a reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e empresas, concretamente prevendo a eliminação de licenças para ocupação de espaço de domínio público.

Contudo, ainda estamos numa fase experimental pelo que o respetivo diploma legal ainda não está plenamente em vigor.

Assim, perante o atual quadro legal em vigor e como medida de estímulo ao comércio local, proponho a seguinte alteração do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, em concreto o artigo 18.º, referente a "Ocupações Diversas", por forma a isentar, na totalidade, as taxas devidas pelo licenciamento de ocupação de espaço de domínio público municipal para instalação de esplanadas, com mesas e cadeiras;

Estas alterações vigorarão até ao termo do ano de 2014.

Assim, proponho que a alteração do artigo 18.º do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores que passa ter a seguinte redação:

Artigo 18.º

Ocupações Diversas

1. -----
2. -----
3. -----
4. -----
5. -----
6. -----
7. -----
8. -----
9. -----
10. Temporária e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro do ano de 2014, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para instalação/ocupação de esplanadas, com mesas e cadeiras, previstas no ponto 2 está totalmente isento do pagamento de qualquer taxa. "

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que se trata de uma proposta que, no fundo, vem isentar a utilização do espaço público, com mais impacto na área das bebidas e da restauração.

Explicou que havia muitas queixas por parte dos comerciantes, pois devido aos preços praticados acabavam por não utilizar as esplanadas. Assim, foi entendimento isentar a referida taxa, face à situação atual de crise onde, ainda por cima, é proibido fumar em espaços fechados. Trata-se de um período transitório de dois anos que findo, será reavaliado. Acrescentou que foi uma proposta que não foi aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal, mas que é pacífica dada à atual conjuntura económica do país e face à alteração do regime fiscal previsto para o próximo ano, que irá certamente prejudicar os pequenos cafés. No fundo, trata-se de um pequeno contributo para a economia local.

O Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge Borges informou que gostaria de solicitar um esclarecimento sobre essa matéria, o que poderá parecer descabido, mas esclarecer nunca é demais, assim, questionou se os empresários vão continuar a solicitar a emissão da licença de ocupação da via pública.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que os empresários continuam a solicitar a emissão da licença de ocupação da via pública, sendo a isenção apenas no pagamento das taxas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e três membros presentes:

- 1.º** Aprovar a alteração do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 14 – DESAFETAÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO – ESTRADA DO REGO D'ÁGUA - CABOUÇO:

Pela Câmara Municipal foi presente a informação elaborada pelos Serviços Administrativos, datada de 2 de outubro do corrente ano, referente à desafetação de duas parcelas de terreno, sitas à Estrada do Rego D'Água, freguesia do Cabouço, deste Concelho, que abaixo se transcreve:

“De acordo com o constante no requerimento em anexo, cumpre-me informar V.Exª, do seguinte:

- Aquando da realização da obra de Correção e Pavimentação da E.M.516 – Cabouço Rego d'Água”, aparentemente ficou acordado entre o Senhor José Furtado Tavares e este Município de Lagoa a realização de uma escritura de permuta de terrenos nos seguintes termos:
 - a) O Senhor José Furtado Tavares cedia a este Município as áreas de 756 m² para a referida obra e 92,72 m², para a construção de bebedouro, ambas a desanexar de parte do artigo 13, Secção D, da freguesia do Rosário, deste Concelho;
 - b) Em troca, este Município cedia-lhe uma parcela de terreno do domínio público, com a área de 359,19 m², para integrar o domínio privado do dito Senhor José Furtado Tavares;
- Contudo, apesar de se terem permutado as respetivas parcelas de terreno, não foi realizada nenhuma Escritura sobre os bens permutados, nem efetuados os respetivos registos junto da Conservatória;

- Após buscas efetuadas nestes serviços camarários, apenas foi encontrado um ofício endereçado ao Senhor José Furtado Tavares, a comunicar a pretensão deste Município em adquirir ao Senhor José Tavares 756m² do seu prédio acima referido, para a já mencionada obra;

- Com a realização da obra supra referenciado, o prédio inscrito sob o artigo 13, Secção D, da freguesia do Rosário, ficou dividido em dois;

- Em 2011, os herdeiros do Senhor José Furtado Tavares, efetuaram um levantamento topográfico ao prédio, tendo o mesmo ficado com a seguinte composição:

1.º Prédio – 1.389,19 m² de terreno, sito à Estrada do Rego d'Água, freguesia do Cabouco, que confronta a Norte e Sul com via pública, Nascente com Estrada do Rego d'Água, e a Poente com Tomás de Oliveira, inscrito sob o artigo 13, Secção D (parte), da freguesia do Rosário;

2.º Prédio – 4.447,57 m² de terreno, sito à Estrada do Rego d'Água, freguesia do Cabouco, que confronta a Norte com Canada do Jorge, Sul com Artur Teixeira Gaspar e Norberto Pacheco Gaspar, Nascente com herdeiros de Jaime Pacheco e a Poente com Estrada do Rego d'Água, inscrito sob o artigo 13, Secção D (parte), da freguesia do Rosário, procedendo assim os herdeiros aos respetivos registos junto do Serviço de Finanças e Conservatória de Lagoa;

- Aquando da organização do presente processo, verificou-se que no levantamento topográfico do 1º prédio, foi incluída indevidamente, no registado da Conservatória, área que pertencia ao domínio público do município (359,19m);

- Constatou-se ainda, que a área utilizada por esta Autarquia para a referida via foi de 477,52m² e não os 756m², como inicialmente havia sido acordado.

- Face ao acima exposto, e para se proceder à referida legalização, torna-se necessário:

a) Proceder à desafetação de duas parcelas de terreno com as áreas de 359,19 m² e 92,72 m², abaixo discriminada, do domínio público municipal para ser integradas no domínio privado do Município:

Parcela 1 – com a área de 359,19 m², sito à Estrada Rego D'Água, freguesia do Cabouco, deste Concelho, que confronta a Norte e Sul – Caminho, Nascente – Maria Natália da Costa Tavares Rego e a Poente – Sociedade Açoriana de Comércio Alimentar, Lda;

Parcela 2 – com a área de 92,72 m², sito à Estrada Rego D'Água, freguesia do Cabouco, deste Concelho, que confronta a Norte e Nascente – Maria Natália da Costa Tavares Rego, Sul – Passeio e a Poente – Caminho;

b) Que a Câmara submeta à apreciação da Assembleia Municipal as desafetações, nos termos do artigo 53º, nº4, alínea b) da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação;

c) Proceder, posteriormente, à escritura de permuta entre o Município de Lagoa e a Senhora Maria Natália da Costa Tavares Rego, casada, em que: a Srª Maria Natália da Costa Tavares Rego (Filha do Sr. José Furtado Tavares), dará ao Município de Lagoa uma parcela de terreno

com a área de 477,52 m2, sita à Estrada do Rego d'Água, freguesia do Cabouco, Concelho de Lagoa, por sua vez, o Município de Lagoa declarará que em troca dará à Srª Maria Natália da Costa Tavares Ponte, 2 parcelas de terrenos com as áreas respetivamente de 359,19 m2 e 92,72 m2, sitas à Estrada Rego D'Água, freguesia do Cabouco, deste Concelho, para legalização do respetivo processo, junto das várias Repartições Públicas deste Concelho e Divisão de Informação Cadastral em Ponta Delgada.

Ponho o assunto à consideração superior.”

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que, em virtude do processo de cadastro, foi necessário proceder-se a acertos de áreas de terrenos que foram expropriados.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar a desafetação de duas parcelas de terreno com as áreas de 359,19 m2 e 92,72 m2, abaixo discriminada, do domínio público municipal para ser integradas no domínio privado do Município, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;

Parcela 1 – com a área de 359,19 m2, sito à Estrada Rego D'Água, freguesia do Cabouco, deste Concelho, que confronta a Norte e Sul – Caminho, Nascente – Maria Natália da Costa Tavares Rego e a Poente – Sociedade Açoriana de Comércio Alimentar, Lda;

Parcela 2 – com a área de 92,72 m2, sito à Estrada Rego D'Água, freguesia do Cabouco, deste Concelho, que confronta a Norte e Nascente – Maria Natália da Costa Tavares Rego, Sul – Passeio e a Poente – Caminho;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

A Presidente da Assembleia Municipal informou que os pontos referentes aos números 15 a 17 são apenas para conhecimento solicitando ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para intervir, caso o entenda.

O Senhor Presidente informou que, caso seja necessário prestar algum esclarecimento encontra-se presente na sessão a Dra. Elizabete Tavares, Presidente do Conselho de Administração da EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM.

De qualquer forma gostaria de frizar que os referidos assuntos já foram objeto de discussão camarária, na qual foi disponibilizada cópia autêntica e, julga que esses mesmos assuntos estão suficientemente claros, pelo que, não se justifica qualquer intervenção da sua parte.

PONTO N.º 15 – PLANO ANUAL DE ATIVIDADES, DE INVESTIMENTO E FINANCEIRO – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013 – EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, E.M.:

Para conhecimento da Assembleia Municipal foi presente pela Câmara Municipal, o Plano Anual de Atividades, de Investimento e Financeiro, exercício económico de 2013, bem como os documentos previsionais de suporte, apresentados pela EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira interveio referindo que estranhou o facto, de este ano, o contrato-programa ser de valor superior ao do ano passado, quando a Empresa Municipal da Lagoa possui mais receitas próprias, provenientes da exploração da Pousada da Juventude, pois entendia ser um fator que viesse a baixar o valor do contrato-programa.

Sendo assim, questionou se a Empresa Municipal da Lagoa aumentou a despesa ou se o referido contrato programa é mais extenso.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que essa situação resulta dos seguintes motivos:

- O ano passado foi o ano zero da abertura da Pousada da Juventude, resultando desde logo um acréscimo;
- Os empréstimos contraídos pela Empresa Municipal de Lagoa começam a ser amortizados;
- Na parte do investimento, no próximo ano, vai haver uma intervenção profunda ao nível do Bairro da Longueira, na freguesia de Santa Cruz, que é um dos bairros mais antigos do concelho e que, atualmente, se encontra bastante degradado;
- A remodelação de dois polidesportivos, nomeadamente das freguesias da Ribeira Chã e do Cabouco, através da colocação de piso sintético, à semelhança do que foi executado no polidesportivo da Atalhada;
- O aumento da capacidade do Aquafit com a ampliação da unidade de cardio que será implantada por cima dos balneários, a nascente do Complexo Municipal de Piscinas, através da sua cobertura;
- Instalação de dois parques infantis no concelho.

Assim, e somando todas essas componentes, resulta o aumento ligeiro do respetivo contraprograma.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que julga que no passado o contrato-programa foi no valor de 970.000,00€.

A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Dra. Elizabeth Tavares, Presidente do Conselho de Administração da EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM, que no uso da palavra, esclareceu que o aumento do contrato-programa deveu-se principalmente a dois fatores: a combinação do aumento dos gastos, essencialmente com as amortizações e depreciação do investimento e a diminuição das receitas.

A título exemplificativo, informou que, no setor da habitação social prevê-se uma diminuição na receita de cerca de 16%. A contração previsível da prestação de serviços também faz com que o Município tenha que compartilhar mais. Em suma, o ligeiro aumento resulta da combinação desses dois fatores.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira questionou se a exploração da Pousada da Juventude é positiva ou negativa, ao que a Dra. Elizabeth Tavares explicou que num ano zero não é correto fazer essa previsão.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira questionou qual é a previsão para o próximo ano, tendo a Dra. Elizabeth Tavares referido que a previsão é de aumentar para o próximo ano, sendo expetativa igualar a taxa média de ocupação das pousadas de juventude existentes no concelho de Ponta delgada.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para referir que como já teve a oportunidade de esclarecer em reunião camarária, quando foi elaborado o estudo de viabilidade económica, o mesmo assentava em alguns pressupostos, nomeadamente a contratação de pessoal. Neste momento, 95% do pessoal que presta serviço na Pousada da Juventude, ou é da Câmara Municipal, tendo sido destacado para esse fim ou é proveniente de programas ocupacionais, o que em termos de resultados operacionais é uma situação favorável.

Acrescentou que o ano passado foi o ano zero de abertura da referida Pousada, para além de que, não houve uma promoção atempada da sua abertura, porque não havia a certeza da data da sua conclusão. Entretanto, também se verifica um aumento de crise ao nível do turismo, mas a expetativa é de crescimento e estão a trabalhar nesse sentido.

Realçou que tem sido implementado trabalho junto das equipas desportivas, não só aquelas que jogam no concelho, mas também junto daquelas que se deslocam ao fim de semana e que possam eventualmente utilizar aquele espaço.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que todo o investimento merece o maior respeito. Nas receitas referentes a 2013, a previsão é de cerca de 800,00€/dia e no dia em que o conselho de administração se reúne, essa receita será para pagar os 400,00€ de senhas de presença a cada um dos vogais do referido conselho de administração.

Para terminar, gostaria de registar que deseja as maiores felicidades na exploração da Pousada da Juventude, que não deixa de ser um negócio, que não irá ser pago pelo erário público.

O Senhor Presidente informou que, obviamente, é um negócio e que está a ser tratado como tal, pois estão a ser muito agressivos do ponto de vista comercial, através de uma forte concorrência à Pousada de Juventude do Governo Regional. Com essa atitude, não pretende fazer concorrência às residenciais do concelho, pois não é esse o objetivo, mas a mesma está ser gerida numa perspetiva empresarial. O serviço que é prestado na Pousada de Juventude da Lagoa é de qualidade e é referenciado por quem nos visita. O problema é idêntico ao dos hotéis e residenciais da ilha, que é a falta de turistas.

Aproveitou a oportunidade para informar que já propôs ao Governo Regional a compra da Pousada da Juventude, pelo preço da dívida e caso eles venham a aceitar a proposta, a mesma será vendida. Entende que o facto do Governo Regional não ter construído uma pousada da juventude na Lagoa, foi um ato teimosia, pois no anterior Governo bastante lutou para a sua construção. Como esse objetivo não foi conseguido, decidiu avançar com a sua construção e entende que foi um investimento importante para o concelho. Não crê que o Governo Regional aceite a proposta, mas não faz sentido para quem possuiu uma série de pousadas de juventude, que esta fique de fora. No entanto, e caso esse negócio se venha a concretizar, ficará certamente com alguma mágoa, pois a Pousada da Juventude da Lagoa é referência na ilha, dado que a do Governo Regional já está ultrapassada.

A Dra. Elizabete Tavares esclareceu que, em relação a valor que foi referido de 800,00€/dia, entende que o Senhor Deputado Municipal Roberto Oliveira está demasiadamente concentrado no ganho direto, apesar de ser esse o objetivo do investimento público.

Referiu que foi um investimento que implicou uma grande racionalização de custos internos, nomeadamente ao nível de recursos humanos, o que significa uma dificuldade acrescida, porque é muito mais fácil promover um negócio com pessoal devidamente qualificado. A Empresa Municipal tem recorrido à chamada "prata da casa" que tem muito amor à camisola e o certo é que têm alcançado bons resultados.

Informou ainda que não sabia quantificar esse valor ao dia, mas sabia quantificar a motivação e o valor humano, que são coisas que muitas vezes não são consideradas e reconhecidas.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira interveio, referindo que não tem qualquer dúvida de que a Pousada da Juventude da Lagoa está a ser bem gerida.

O Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge Borges referiu, no sentido de reforçar o que foi dito pela Dra. Elizabeth Tavares, que o serviço público implica sacrifício e amor à causa, não é mercantilismo e muitos esquecem-se disso e seria bom que não o fizessem. No seu entender quem abraça a causa pública é para servir a comunidade.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 16 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 2.º TRIMESTRE DE 2012 – EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, E.M.:

Para conhecimento da Assembleia Municipal foi presente pela Câmara Municipal, as demonstrações financeiras do 2.º trimestre de 2012 apresentados pela EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, EM.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 17 – PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

Para conhecimento da Assembleia Municipal foi presente o Parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2013 da EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, EM, consistindo nos planos plurianuais e anuais de atividades, investimento e financeiros, Orçamento anual de investimentos, Orçamento anual de exploração, Orçamento anual de tesouraria e balanço previsional.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 18 – OUTROS:

O Deputado Municipal Eduíno Rego informou, relativamente ao assunto abordado no período de antes da ordem do dia, que gostaria de clarificar uma situação que se prende com os resultados das escolas, nomeadamente os tempos letivos no 2.º ciclo que eram efetivamente de 5 tempos nas disciplinas do português e matemática e neste ano lectivo são 6 tempos, havendo apoio educativo ao nível do apoio no 1.º ciclo.

Gostaria igualmente de informar que foi implementado o projeto denominado “Fénix” nas Escolas Secundária da Lagoa, EB 2,3 Padre João José de Amaral e EBI de Água de Pau, que se

trata de um projeto com vista ao melhoramento dos resultados ao nível das disciplinas de português e matemática.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira informou que gostaria de propor um voto de pesar pelo falecimento do senhor Raulino da Silva Anselmo, antigo Presidente da Câmara Municipal de Lagoa.

Informou ainda que seria de bom tom apresentar um voto de congratulação a Jorge Manuel Ponte pela sua nomeação como “Gestor do Ano”, prémio de distinção na cerimónia das “100 Maiores Empresas dos Açores”, promovido pela empresa Acormédia.

A Presidente da Assembleia Municipal referiu que também iria propor a esta Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento do antigo autarca, pelo que, colocou o assunto à votação da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e três membros presentes:

- 1.º** Aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Senhor Raulino da Silva Anselmo;
- 2.º** Dar conhecimento do referido Voto de Pesar aos seus familiares;
- 3.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Relativamente ao voto de congratulação, esclareceu que não existem votos de congratulação previstos no Regulamento Municipal das Distinções Honoríficas do município de Lagoa. Sendo assim, propõe a atribuição de um voto de louvor, tendo colocado o assunto à votação da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e três membros presentes:

- 1.º** Aprovar o voto de louvor ao Senhor Jorge Manuel Ponte pela sua nomeação como “Gestor do Ano”;
- 2.º** Dar conhecimento do referido Voto de Louvor ao Senhor Jorge Manuel Ponte;
- 3.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

O Senhor Presidente da Câmara interveio, informando que a Câmara Municipal da Lagoa também gostaria de se associar ao Voto de Louvor a Jorge Manuel da Ponte, pela sua nomeação como Gestor do Ano. Informou que a Autarquia Lagoense já endereçou um ofício a

felicitar o referido empresário pela sua nomeação, que é certamente motivo de satisfação e estímulo para os restantes empresários do concelho.

Também gostaria de desejar um bom ano a todos os presentes, com muita saúde e muitos sucessos, quer pessoais quer políticos. Fez votos sinceros de que 2013 não seja tão mau como muitos especulam e desejou votos de boas festas, enquanto cidadão e autarca.

O Senhor Deputado Municipal Paulo Jorge Borges informou que gostaria de fazer um reparo à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, quando o mesmo desejou umas boas festas, pois deve ter cometido um lapso linguístico, dado que não se comemora as boas festas, comemora-se sim o nascimento do Menino Jesus.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que para provar como estão os dois em sintonia, este ano decidiu não colocar a árvore de natal na entrada do edifício dos Paços do Concelho. Optou por colocar três caixas para recolha de produtos alimentares, de modo a oferecer cabazes às famílias mais necessitadas do concelho, um ato que certamente as deixará felizes e esse sim, é o verdadeiro espírito de Natal.

O Deputado Municipal Roberto Sousa, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, convidou todos os presentes a assistirem à passagem de ano que terá lugar naquela freguesia.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

Sendo vinte e três horas e quinze minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Presidente da Assembleia Municipal e, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA